



**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

<b>COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO</b>		
<b>EVENTO:</b> Reunião Ordinária	<b>Nº:</b> 1136/06	<b>DATA:</b> 10/10/06
<b>INÍCIO:</b> 14h37min	<b>TÉRMINO:</b> 15h52min	<b>DURAÇÃO:</b> 01h15min
<b>TEMPO DE GRAVAÇÃO:</b> 1h16min.	<b>PÁGINAS:</b> 38	<b>QUARTOS:</b> 16

<b>DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO</b>

<b>SUMÁRIO:</b> Apreciação de matérias constantes das Pautas nºs. 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22, de 2003.
---

<b>OBSERVAÇÕES</b>



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 7ª reunião extraordinária, da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, destinada à apreciação das matérias constantes das Pautas nºs 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22 de 2006.

Apreciação das atas das seguintes reuniões: 1ª reunião conjunta de audiência pública, realizada em 20 de junho de 2006; 4ª reunião extraordinária, realizada em 20 e 21 de junho de 2006; 6ª reunião ordinária, realizada em 28 e 29 de junho de 2006; 5ª reunião extraordinária, realizada em 4 e 5 de julho de 2006; 6ª reunião Extraordinária realizada em 11 de julho de 2006; 5ª reunião de audiência pública convocada para 2 de agosto de 2006, e 7ª reunião ordinária, convocada para 2 de agosto de 2006.

Com a concordância do Plenário, fica dispensada a leitura das atas por terem sido distribuídas antecipadamente.

Não havendo discussão e conforme estabelecido na alínea "f" do art. 8º do Regulamento Interno da Comissão, declaro as atas aprovadas.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Pois não, Deputado.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** - Peço a V.Exa. a inclusão na pauta do PLN nº 11, que diz respeito à alteração do anexo V da Lei Orçamentária.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Perfeitamente, Deputado. Será preparado o requerimento de inclusão.

Convido o Deputado Carlito Merss para fazer a leitura da correspondência interna recebida.

**O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS** - Expediente. Correspondência interna recebida:

1 - Ofício nº 88, de 26 de junho, do Deputado José Múcio Monteiro, solicitando correção na modalidade de aplicação da emenda ao Orçamento de 2006. Conforme estabelecido no art. 62, inciso II, da Lei nº 11.178, a mudança de modalidade de aplicação, quando for o caso, será feita por portaria do dirigente máximo do órgão.



2 - Ofício nº 30, de 29 de junho, do Deputado Adelor Vieira, solicitando providências quanto ao pleito do Ministério Público de Santa Catarina, conforme ofício apresentado.

3 - Ofício nº 68, de 28 de junho, do Deputado Paulo Lima, agradecendo à Comissão e aos consultores do Congresso a apresentação do SIAFI, evento realizado no dia 27 de junho, em Presidente Prudente, São Paulo.

4 - Expediente de 28 de julho, do Deputado Arolde de Oliveira, que solicita a emissão de certidão em que conste informações sobre as emendas de sua autoria apresentadas no Orçamento de 2000 a 2002.

5 - Ofício nº 96, de 31 de julho, do Deputado Helenildo Ribeiro, que solicita a emissão de certidão em que conste informações sobre emendas de sua autoria.

6 - Expediente de 31 de julho, do Presidente da Câmara dos Deputados, informando que os seguintes interessados foram oficiados: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco — recursos orçamentários para a Agência Nacional de Águas — e Câmara Municipal de Quatá, São Paulo — votação do Orçamento da União.

7 - Ofício nº 97, de 2 de agosto, do Deputado Coronel Alves, que solicita o registro da apresentação das emendas de sua autoria para o Orçamento de 2004.

8 - Ofício nº 394, de 8 de agosto, do Deputado Renato Casagrande, que solicita a declaração das emendas de sua autoria destinadas ao Ministério de Ciência e Tecnologia aos Orçamentos de 2002 a 2006.

9 - Ofício nº 136, de 15 de agosto, do Deputado Paulo Rubem Santiago, solicitando a convocação dos integrantes do Comitê Permanente de Acompanhamento e Fiscalização Orçamentária, Financeira, Operacional, Contábil e Patrimonial dos Recursos Oriundos da União, para a reunião no dia 5 de setembro de 2006.

10 - Memorando nº 34, de 9 de agosto, encaminhado através do processo com Protocolo nº 2006/139312, do Diretor da Coordenação de Engenharia de Sistemas do Centro de Informática da Câmara dos Deputados, Sebastião Neiva Filho, encaminhando cópia do Ofício nº 04, de 9 de agosto de 2006, enviado ao SERPRO, solicitando providências quanto a divergências encontradas entre os dados do SIAFI Operacional e o SIAFI Gerencial.



Expediente com indicação para integrar a vaga de Terceiro Vice-Presidente da Comissão:

- Ofício nº 36, de 5 de outubro, da liderança do Partido dos Trabalhadores do bloco de apoio ao Governo no Senado Federal, indicando o Senador Sibá Machado em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Expedientes com indicação para integrar o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão.

1 - Ofício nº 523, de 3 de julho, da liderança do PTB, indicando o Deputado Jovair Arantes em substituição ao Deputado Alex Canziani.

2 - Ofício nº 34, de 6 de setembro, da Liderança do PT e do bloco de apoio ao Governo no Senado Federal, indicando a Senadora Ideli Salvatti em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Expedientes encaminhando justificativas de falta a reuniões da Comissão:

Justificativas indeferidas:

1 - Ofício nº 111, de 27 de julho, do Deputado Claudio Cajado, ausência nos dias 27 e 28 de junho.

2 - Ofício nº 127, de 29 de junho, do Senador Romero Jucá, ausência no dia 29 de junho.

3 - Ofício nº 151, de 5 de setembro, do Senador Romeu Tuma, ausência no dia 5 de setembro.

Justificativas deferidas:

1 - Ofício nº 172, de 22 de junho, do gabinete do Deputado Josué Bengtson, ausência no dia 31 de maio de 2006.

2 - Ofício nº 286, de 21 de junho, do Deputado Eunício Oliveira, ausência no período de 19 a 23 de junho de 2006.

3 - Ofício nº 60, de 30 de maio, do Deputado Humberto Michiles, ausência no período de 17 a 26 de junho de 2006.

4 - Ofício nº 68, de 26 de junho, do gabinete do Deputado Francisco Dornelles, ausência no dia 7 de junho de 2006.

5 - Ofício nº 210, de 28 de junho, do gabinete do Deputado Roberto Balestra, ausência no dia 25 de maio de 2006.



6 - Requerimento de 29 de junho, do Senador Valdir Raupp, ausência no dia 29 de junho de 2006.

7 - Expediente de 27 de junho, do Senador Sérgio Guerra, ausência no dia 22 de junho de 2006.

8 - Ofício nº 242, de 4 de julho, do gabinete do Senador Augusto Botelho, ausência no período de 3 a 7 de julho de 2006.

9 - Ofício nº 241, de 4 de julho, do gabinete do Senador Augusto Botelho, ausência nos dias 28 a 29 de julho de 2006.

10 - Ofício nº 410, de 4 de julho, do Senador Mozarildo Cavalcanti, ausência no período de 4 a 6 de julho.

11 - Expediente de 4 de julho, do Senador Sérgio Guerra, ausência no dia 28 de junho.

12 - Ofício nº 256, de 11 de julho, do gabinete do Senador Augusto Botelho, ausência no período de 8 a 15 de julho de 2006.

13 - Ofício nº 417, de 11 de julho, do gabinete do Senador Mozarildo Cavalcanti, ausência no período de 10 a 14 de julho de 2006.

14 - Ofício nº 79, de 12 de julho, do gabinete do Deputado Francisco Dornelles, ausência nos dias 28 de junho e 4 de julho.

15 - Ofício nº 180, de 14 de julho, do gabinete do Deputado Josué Bengtson, ausência no dia 3 de julho de 2006.

16 - Ofício nº 292, de 18 de julho, do Deputado Eunício Oliveira, ausência no dia 11 de julho.

17 - Ofício nº 81, de 19 de julho, do gabinete do Deputado Francisco Dornelles, ausência no dia 11 de julho de 2006.

18 - Ofício nº 329, de 4 de setembro, do gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa, ausência no período de 4 de setembro a 3 de outubro.

19 - Ofício nº 1151, de 14 de setembro, do Deputado Osvaldo Reis, ausência nos dias 4, 5 e 6 de setembro.

20 - Ofício nº 352, de 4 de julho, do gabinete da Senadora Ana Júlia Carepa, ausência no período de 4 de outubro a 2 de novembro.



Ofício nº 254, de 19 de junho, encaminhado pelo Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, informando do término do prazo para interposição de recurso aos seguintes projetos de decreto legislativo:

- Projeto de Decreto Legislativo nºs 6 e 7, de 2006-CN, Pareceres nºs 29 e 30, de 2006-CN (relativos, respectivamente, aos Avisos nº 45, de 2005 - CN — Obras de Implantação de Centro de Pesquisa de Apicultura no Estado da Bahia; e nº 57, de 2005 - CN — Ampliação e Recuperação das Instalações do Porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo.

Ofícios nºs 256 e 259, de 20 de junho, encaminhados pelo Segundo Suplente no exercício da Primeira Secretária do Senado Federal, Senador Papaléo Paes, informando da remessa de autógrafo de decreto legislativo - CN, excluindo as seguintes obras do Anexo VI da Lei nº 11.100, de 2005:

- Decreto Legislativo nº 06, de 2006-CN — Implantação de Centro de Pesquisa de Apicultura no Estado da Bahia.

- Decreto Legislativo nº 07, de 2006-CN — Ampliação e Recuperação das Instalações do Porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo.

Correspondência externa recebida:

1 - Aviso nº 860 - GP/TCU, de 6 de julho, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Adylson Motta, encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional, informando a constatação de novos indícios de irregularidades graves nas obras abaixo relacionadas.

- Melhoramento do Aeroporto de Florianópolis, Santa Catarina.

- Construção do trecho rodoviário Manaus, divisa Amazonas—Roraima, na BR-319, no Estado do Amazonas; e

- Construção de trecho rodoviário Boca do Acre, divisa Amazonas—Acre, na BR-317, no Estado do Amazonas.

2 - Ofício nº 675, de 21 de julho, do Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, em resposta às informações solicitadas através do Requerimento 16, de 2006 - CMO, de autoria do Senador Sérgio Guerra.

As informações foram encaminhadas ao Senador Sérgio Guerra.

3 - *E-mail* do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, de 7 de julho, enviando retificação do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao primeiro quadrimestre de 2006.



4 - Ofício nº 882, de 3 de agosto, do Diretor Administrativo do Banco Central, João Antônio Fleury Teixeira, solicitando apresentação detalhada do sistema SIGA Brasil aos funcionários do Banco Central e, conseqüentemente, o credenciamento dos mesmos no sistema.

5 - Aviso nº 966 - GP/TCU, de 9 de agosto, que informa indícios de irregularidades graves nas seguintes obras:

- Melhoramentos no Aeroporto de Macapá, Amapá;
- Construção de TPS-3 — Aeroporto de Guarulhos, São Paulo;
- Drenagem no Tabuleiro dos Martins, Alagoas, e
- Complementação da infra-estrutura geral do Centro de Lançamentos de Alcântara, Maranhão.

6 - Ofício nº 177, de 9 de agosto, do Presidente da Câmara Municipal de Boituva, Nelson Dorighello, que encaminha cópia da Moção de Aplausos nº 037, de 2006, à Comissão e seu Presidente, Deputado Gilmar Machado, pela iniciativa de enviar dados sobre quanto a Prefeitura recebeu de repasse de verbas da União.

7 - Aviso nº 986 - GP/TCU, de 14 de agosto, que encaminha as informações em resposta à solicitação do Ofício nº 129, de 2006 - CMO, referente ao Aviso nº 77 - SGS/TCU — Acórdão nº 791, de 2006 - Plenário.

Foi encaminhada cópia aos Deputados Sérgio Miranda e José Carlos Machado.

8 - Ofício s/nº de 8 de agosto, do cidadão Luiz Freire Melo, de Ararendá, Ceará, congratulando o Presidente Gilmar Machado pela atitude de encaminhar detalhes de orçamentos para as Câmaras Municipais inerentes a recursos repassados pelo Governo para fiscalização.

9 - Ofício nº 645, de 11 de agosto, da Assessora-Chefe da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Gláucia Maria Rabelo, encaminhando lista com as propostas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro ao Orçamento Geral da União para 2007.

10 - Ofício nº 135, de 22 de agosto, do Vice-Procurador Geral do Ministério Público do Trabalho, Otávio Brito Lopes, encaminhando relatório da Seção de Engenharia do Ministério Público do Trabalho, considerando o disposto no Acórdão nº 1.387, de 2006.



11 - Expediente da Associação Profissional dos Docentes da UFMG encaminhado ao Presidente da Câmara, Deputado Aldo Rebelo, referente à remuneração da carreira de magistério superior.

12 - Ofício nº 361, de 23 de agosto, do Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo Silva, solicitando adequação das fontes de financiamento no Projeto de Lei nº 10, de 2006-CN.

Foi encaminhada cópia ao Relator do Projeto, Deputado Vignatti.

13 - Mensagem nº 001 - GP, de 12 de setembro, do Conselho Nacional de Justiça, encaminhando Pareceres de Mérito relativos às Propostas Orçamentárias para 2007 dos Órgãos do Poder Judiciário da União, em cumprimento ao parágrafo único do art. 14 do Projeto de Lei nº 2, de 2006 (PLDO 2007).

14 - Ofício Circular nº 84, de setembro, do Diretor Nacional do Projeto EuroBrasil 2000 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ruben Bauer, solicitando indicação de servidores da Comissão para participar de evento de capacitação em Regionalização.

15 - Aviso nº 1.173 -GP/TCU, de 19 de setembro, que informa indícios de irregularidades graves nas obras abaixo relacionadas:

- Trens Urbanos de Salvador – Trecho Lapa—Pirajá, Bahia;
- BR-381, Adequação de trechos – Antônio Dias—Nova Era, Minas Gerais;
- BR-101, Adequação Divisa Paraíba—Rio Grande do Norte e Divisa Paraíba—Pernambuco, Paraíba;
- Aeroporto Internacional de Brasília, Distrito Federal.

13 - Cópia do Ofício nº 330, de 29 de junho, da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, encaminhando cópia da Moção nº 154, de 2006, de autoria do Deputado Herneus de Nadal, solicitando a implementação das condições necessárias à imediata retomada das obras de conclusão da BR-282, nos trechos São José do Cerrito, Vargem — entroncamento da BR-470 — e São Miguel do Oeste, até o Município de Paraíso, na divisa com a Argentina.

17 - Ofício 87, de 6 de setembro, da Prefeitura Municipal de Guarará, Estado de Minas Gerais, solicitando esclarecimentos sobre os valores destinados pela União ao Município referente a Obras Emergenciais para Recuperação de Rodovias Federais.





Expedientes encaminhados em cumprimento ao disposto no art. 63, § 16, da Lei nº 11.178/2005 (Lei de Diretrizes Orçamentárias — 2006).

1 - Ofícios nºs 1.075, 1.076, 1.077 e 1.078, de 25 de agosto, encaminhando decisão da Doutora Janice Agostinho Barreto Ascari, Membro do Conselho Nacional do Ministério Público, pela aprovação dos Projetos de Lei nºs 5, 6, 9 e 11 de 2006, respectivamente.

2 - Ofício nº 537, de 3 de agosto, encaminhando cópia do processo administrativo e do parecer proferido pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o mérito do Projeto de Lei nº 11, de 2006.

3 - Ofícios nºs 544 e 547, de 4 de setembro, encaminhando cópia do parecer proferido pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o mérito dos Projetos de Lei nºs 5 e 6, de 2006, respectivamente.

4 - Ofício nº 22, de 2006 - PRESI-CNMP, de 5 de setembro, do Procurador-Geral da República Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público, Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, encaminhando cópia do Ofício nº 784, de 2006, e da certidão de julgamento relativa à deliberação proferida pela Conselheira Janice Agostinho Barreto Ascari acerca dos Projetos de Lei nºs 5, 6, 9 e 11, de 2006.

Expedientes encaminhados à Presidência da Comissão em resposta ao envio de informações quanto ao repasse de verbas da União aos Municípios:

1 - Ofício nº 177, de 9 de agosto, da Câmara Municipal de Boituva, São Paulo;

2 - Ofício nº 439, de 14 de agosto, da Câmara Municipal de Vereadores de Costa Rica, Mato Grosso do Sul;

3 - Ofícios nºs 89 e 90, de 14 de agosto, da Câmara Municipal de Mombuca, São Paulo;

4 - Ofício s/nº, de 8 de agosto, do cidadão Luís Freire Melo, de Ararendá, Ceará.

Expedientes encaminhados em cumprimento ao art. 20 do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2007:

1 - Ofício nº 36, de 22 de setembro, do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho;



2 - Ofício nº 654, de 25 de setembro, do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade da Câmara dos Deputados;

3 - Ofício nº 16.331, de 26 de setembro, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios;

4 - Ofício nº 118, de 29 de setembro, do Ministério da Saúde;

5 - Ofício nº 1.269, de 29 de setembro, do Ministério Público da União;

6 - Ofício nº 657, de 29 de setembro, do Ministério dos Transportes;

7 - Ofício nº 677, de 6 de outubro, do Ministério dos Transportes, em aditamento ao Ofício nº 657, de 29 de setembro.

Relatórios de Gestão Fiscal encaminhados à Comissão em atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal.

1 - Tribunais Regionais do Trabalho das seguintes Regiões: 2ª, 3ª, 5ª, 8ª, 9ª, 12ª, 13ª, 19ª, 20ª, 21ª e 24ª.

2 - Tribunais Regionais Eleitorais dos seguintes Estados: Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

3 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

4 - Tribunal Superior Eleitoral.

5 - Justiça do trabalho.

6 - Tribunal Superior do Trabalho.

Precatórios encaminhados em atendimento ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 a serem incluídos na proposta orçamentária para 2007, dos seguintes órgãos:

1 - Ofício nº 1.704, de 12 de julho, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

2 - Ofício nº 12.178, de 19 de julho do Conselho de Justiça Federal.

3 - Ofício nº 15.621, de 14 de julho, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

4 - Ofício nº 206, de 21 de julho, do Superior Tribunal de Justiça.



5 - Ofício nº 1.721, de 25 de julho, do Conselho Superior de Justiça do Trabalho.

6 - Ofício nº 12.370, de 7 agosto, do Conselho de Justiça Federal.

7 - Ofício nº 2.148, de 6 de setembro, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Avisos encaminhados pelo Tribunal de Contas da União.

I - Avisos encaminhados pelo Presidente da 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues, e pelo Ministro Ubiratan Aguiar, no exercício da Presidência da 2ª Câmara.

1 - Aviso nº 373, de 13 de junho de 2006 (Acórdão nº 1.447, de 2006): criação de funções gratificadas/comissionadas no TRT da 2ª Região.

2 - Aviso nº 546, de 8 de agosto de 2006 (Acórdão nº 2.152, de 2006): obra de construção da Via Expressa Sul, no Estado de Santa Catarina.

Avisos SGS encaminhados pelo Presidente do Tribunal de Contas da União.

Aviso de 14 de junho:

1 - Aviso nº 961, de 2006 (Acórdão nº 908, de 2006): Petróleo Brasileiro S/A.

2 - Aviso nº 962, de 2006 (Acórdão nº 922, de 2006): restauração, manutenção e conservação rodoviária na BR-060, Goiás.

3 - Aviso nº 976, de 2006 (Acórdão nº 918, de 2006): Projeto de Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural no Campo do Roncador, Rio de Janeiro.

4 - Aviso nº 977, de 2006 (Acórdão nº 923, de 2006): obras rodoviárias de construção de ponte sobre o Rio Manhuaçu, na BR-259, Minas Gerais.

5 - Aviso nº 1.001, de 2006 (Acórdão nº 920, de 2006): obras de construção do Hospital Regional de Cacoal, Rondônia.

6 - Aviso nº 1.002, de 2006 (Acórdão nº 924, de 2006): obras de construção da nova sede da Seção Judiciária do Espírito Santo — TRF da 2ª Região.

Avisos de 21 de junho:

1 - Aviso nº 1.045, de 2006 (Acórdão nº 982, de 2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-101, Sergipe, trecho entre a divisa Alagoas—Sergipe e da divisa Sergipe—Bahia.



2 - Aviso nº 1.046, de 2006 (Acórdão nº 974, de 2006): construção de obras de contenção de enchentes, controle de enchentes no Estado de São Paulo.

3 - Aviso nº 1.053, de 2006 (Acórdão nº 968, de 2006): Adutora do Oeste em Pernambuco.

4 - Aviso nº 1.058, de 2006 (Acórdão nº 981, de 2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-101, Alagoas, trecho entre entroncamento com a BR-316 e a divisa Alagoas—Sergipe.

5 - Aviso nº 1.060, de 2006 (Acórdão nº 979, de 2006): obras e restauração rodoviária do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas, BR-267, Minas Gerais, trecho entre o entroncamento da BR-116 até Olaria.

6 - Aviso nº 1.061, de 2006 (Acórdão nº 980, de 2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-369, Minas Gerais, trecho entre Boa Esperança e Alfenas.

Avisos de 29 de junho:

1 - Aviso nº 1.072, de 2006 (Acórdão nº 1.047, de 2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-265, Minas Gerais, trecho entre Nepomuceno e Ilícinea.

2 - Aviso nº 1.073, de 2006 (Acórdão nº 1.047, de 2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-491, Minas Gerais, trecho entre o entroncamento com a MG-184 até Varginha.

3 - Aviso nº 1.074, de 2006 (Acórdão nº 1.048, de 2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-101, trecho entre a divisa Pernambuco—Alagoas, até o entroncamento com a BR-104.

4 - Aviso nº 1.082, de 2006 (Acórdão nº 1.029, de 2006): adequação da BR-101, divisa Santa Catarina—Rio Grande do Sul, Osório, Rio Grande do Sul.

5- Aviso nº 1.089, de 2006 (Acórdão nº 1.039, de 2006): Acompanhamento das Receitas Não-Financeiras e da Limitação de Empenho de Movimentação Financeira da União.

6) Aviso nº 1.106, de 2006 (Acórdão nº 1.041, de 2006): Verificação da abrangência e qualidade das informações lançadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais — SIASG, por força das Leis de Diretrizes Orçamentárias.



7) Aviso nº 1.108, de 2006 (Acórdão nº 1.049, de 2006): Obras Rodoviárias Emergenciais na BR-304, trecho entre a divisa Ceará—Rio Grande do Norte, até Angicos, Rio Grande do Norte.

8) Aviso nº 1.110, de 2006 (Acórdão nº 1.050, de 2006): Obras de implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos, São Paulo.

- Avisos de 5 de julho:

1) Aviso nº 1.118, de 2006 (Acórdão nº 1.096, de 2006): obras de duplicação e restauração da BR-153, Goiás, no trecho entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara.

2) Aviso nº 1.120, de 2006 (Acórdão nº 1.097, de 2006): obras do Sistema Integrado da Adutora do Piautinga, no Estado de Sergipe.

3) Aviso nº 1.122, de 2006 (Acórdão nº 1.101, de 2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-070, Distrito Federal, trecho entre Brasília e a divisa Distrito Federal—Goiás.

4) Aviso nº 1.124, de 2006 (Acórdão nº 1.104, de 2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-404, Piauí, trecho entre Piri-piri e Pedro II.

5) Aviso nº 1.132, de 2006 (Acórdão nº 1.098, de 2006): Programa de Valorização e Formação de Professores e Trabalhadores da Educação Básica.

6) Aviso nº 1.133, de 2006 (Acórdão nº 1.100, de 2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-120, Minas Gerais, trecho entre o entroncamento com a MG-262 (Ponte Nova) e o entroncamento com a MG-447 (Visconde do Rio Branco).

7) Aviso nº 1.134, de 2006 (Acórdão nº 1.102, de 2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-146, Minas Gerais, trecho entre o entroncamento com a BR-267 e a BR-459 (Poços de Caldas) até o entroncamento com a MG-455 (Andradas).

8) Aviso nº 1.140, de 2006 (Acórdão nº 1.103, de 2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-232, Pernambuco, trecho entre São Caetano e Serra Talhada.

9) Aviso nº 1.157, de 2006 (Acórdão nº 1.099, de 2006): obras rodoviárias da BR-163, Mato Grosso do Sul, trecho compreendido entre o entroncamento com as rodovias BR-060 e BR-062.

10) Aviso nº 1.159, de 2006 (Acórdão nº 1.090, de 2006): construção de trechos rodoviárias no Corredor MERCOSUL, na BR-101, Rio Grande do Sul, interligando os Municípios de Osório, São José do Norte e Rio Grande.



Avisos de 12 de julho:

1) Aviso nº 1.168, de 2006 (Acórdão nº 1.134, de 2006): Projeto de Irrigação do Passarão, situado no Município de Boa Vista, Roraima.

2) Aviso nº 1.172, de 2006 (Acórdão nº 1.135, de 2006): Programa de Desenvolvimento da Produção de Óleo e Gás Natural nos Campos Petrolíferos de Barracuda e Caratinga, situado na Bacia de Campos, Rio de Janeiro.

3) Aviso nº 1.179, de 2006 (Acórdão nº 1.151, de 2006): obras rodoviárias emergenciais situadas na BR-293, Rio Grande do Sul, trecho entre Bagé e Santana do Livramento.

4) Aviso nº 1.180, de 2006 (Acórdão nº 1.152, de 2006): obras rodoviárias emergenciais situadas na BR-293, Rio Grande do Sul, trecho entre Santana do Livramento e Quaraí.

5) Aviso nº 1.183, de 2006 (Acórdão nº 1.141, de 2006): Tomada de Contas especial instaurada pelo extinto Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS contra o ex-Prefeito de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul.

6) Aviso nº 1.186, de 2006 (Acórdão nº 1.153, de 2006): obras rodoviárias emergenciais situadas na BR-316, Pernambuco, trecho entre o entroncamento com a BR-116/428 e o entroncamento com a BR-110.

7) Aviso nº 1.189, de 2006 (Acórdão nº 1.140, de 2006): consistência interna e externa do Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2004/2007.

8) Aviso nº 1.195, de 2006 (Acórdão nº 1.143, de 2006): Obras de Implantação, Aparelhamento e Adequação de Unidades de Saúde do SUS – Hospital de Urgência e Traumas — Petrolina, Pernambuco.

9) Aviso nº 1.197, de 2006 (Acórdão nº 1.154, de 2006): obras rodoviárias emergenciais situadas na BR-304, Rio Grande do Norte, trecho entre a RN-042/263 (Angicos) e Macaíba.

Avisos de 19 de julho:

1) Aviso nº 1.212, de 2006 (Acórdão nº 1.194, de 2006): segunda etapa de implantação do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú, Ceará.

2) Aviso nº 1.220, de 2006 (Acórdão nº 1.189, de 2006): construção da Adutora e Barragem de Santa Cruz.



Avisos de 26 de julho:

1) Aviso nº 1.226, de 2006 (Acórdão nº 1.243, de 2006): obras rodoviárias da BR-146, Minas Gerais, trecho entre Poços de Caldas e Muzambinho (Km 451,4 ao Km 521,7).

2) Aviso nº 1.227, de 2006 (Acórdão nº 1.244, de 2006): obras rodoviárias da BR-267, Minas Gerais, trecho entre Poços de Caldas e Machado (Km 435,6 ao Km 499,7).

3) Aviso nº 1.228, de 2006 (Acórdão nº 1.245, de 2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-116, Minas Gerais, entre a BR-458 (B) (P/lapú) e o Trevo de acesso a São João do Manhuaçu (Km 470 ao Km 607,1).

4) Aviso nº 1.229, de 2006 (Acórdão nº 1.246, de 2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-386, Rio Grande do Sul, trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-158(B) e o entroncamento com a RS-569 (Km 5,3 ao Km 128,7).

5) Aviso nº 1.230, de 2006 (Acórdão nº 1.250, de 2006): construção de trechos rodoviários no Corredor MERCOSUL, na BR-487, Paraná, trecho compreendido entre Porto Camargo e Campo Mourão.

6) Aviso nº 1.235, de 2006 (Acórdão nº 1.261, de 2006): obras de construção da ponte sobre o Rio Tocantins, na BR-235, cidade de Pedro Afonso, no Estado do Tocantins.

7) Aviso nº 1.236, de 2006 (Acórdão nº 1.231, de 2006): obras do Hospital Regional de Cacoal, Rondônia.

8) Aviso nº 1.251, de 2006 (Acórdão nº 1.235, de 2006): ação de construção de cisternas para abastecimento de água potável nas residências da área rural do semi-árido.

9) Aviso nº 1.252, de 2006 (Acórdão nº 1.236, de 2006): implantação de usina termelétrica Candiota III, fase C, com 350 MW, no Estado do Rio Grande do Sul.

10) Aviso nº 1.253, de 2006 (Acórdão nº 1.238, de 2006): obras de implantação do Perímetro de Irrigação Pontal, com 7.826 hectares no Estado de Pernambuco.



11) Aviso nº 1.254, de 2006 (Acórdão nº 1.242, de 2006): obras emergenciais na BR-060, Distrito Federal, trecho situado entre Brasília e a divisa Distrito Federal—Goiás (Km 0 a 31,5).

12) Aviso nº 1.255, de 2006 (Acórdão nº 1.247, de 2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-116, Santa Catarina, trecho entre a divisa Paraná—Santa Catarina e o entroncamento com a SC-302 (Km 0 a Km 144,5).

13) Aviso nº 1.256, de 2006 (Acórdão nº 1.248, de 2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-101, Santa Catarina, trecho entre os Municípios de Navegantes e Biguaçu (Km 112,4 ao Km 196,1).

14) Aviso nº 1.257, de 2006 (Acórdão nº 1.253, de 2006): construção de trechos rodoviários na BR-470, Rio Grande do Sul, que vai de Barracão até Nova Prata, passando por Lagoa Vermelha.

Foi anexado ao AVN nº 12/2006-CN.

15) Aviso nº 1.258, de 2006 (Acórdão nº 1.254, de 2006): obras de adequação de trechos rodoviários na rodovia BR-392, Rio Grande do Sul, segmento compreendido entre Rio Grande e Pelotas.

16) Aviso nº 1.259, de 2006 (Acórdão nº 1.257, de 2006): construção de Aduadoras no Estado do Rio Grande do Norte.

17) Aviso nº 1.260, de 2006 (Acórdão nº 1.233, de 2006): construção do Instituto da Criança e do Adolescente do Hospital Universitário de Brasília.

18) Aviso nº 1.265, de 2006 (Acórdão nº 1.256, de 2006): restauração de rodovias federais no Estado do Espírito Santo.

19) Aviso nº 1.266, de 2006 (Acórdão nº 1.251, de 2006): construção de trechos rodoviários na BR-230, Pará, desde Itaiuba até a divisa Tocantins—Pará, passando por Altamira e Marabá.

Avisos de 2 de agosto:

1) Aviso nº 1.278, de 2006 (Acórdão nº 1.321, de 2006): obras rodoviárias da BR-101, Santa Catarina, trecho entre a divisa Paraná—Santa Catarina até o entroncamento com a BR-470.

2) Aviso nº 1.279, de 2006 (Acórdão nº 1.325, de 2006): obras de estruturação do Hospital Terciário, em Natal, Rio Grande do Norte.





3) Aviso nº 1.280, de 2006 (Acórdão nº 1.324, de 2006): recuperação de trechos rodoviários — divisa Distrito Federal—Goiás, na BR-020, Goiás.

4) Aviso nº 1.296, de 2006 (Acórdão nº 1.313, de 2006): Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, com o objetivo de avaliar a execução do Programa de Reassentamento de Itaparica.

5) Aviso nº 1.297, de 2006 (Acórdão nº 1.314, de 2006): obras de prevenção de enchentes no Rio Poty, Avenida Marginal Leste, Teresina, Piauí.

6) Aviso nº 1.324, de 2006 (Acórdão nº 1.319, de 2006): obras de Implantação, Ampliação e Modernização da Infra-Estrutura Ferroviária Nacional (Ferrovia Norte—Sul).

7) Aviso nº 1.325, de 2006 (Acórdão nº 1.323, de 2006): Construção de Pontes em Rodovias Federais no Estado de Rondônia.

Avisos de 9 de agosto:

1) Aviso nº 1.330, de 2006 (Acórdão nº 1.387, de 2006): obra de construção do edifício-sede da Procuradoria-Geral do Trabalho em Brasília, Distrito Federal.

2) Aviso nº 1.336, de 2006 (Acórdão nº 1.401, de 2006): construção de trechos rodoviários no Corredor Leste – BR-342, Espírito Santo — entroncamento BR-101, Nova Venécia—Ecoporanga, divisa Espírito Santo—Minas Gerais.

3) Aviso nº 1.338, de 2006 (Acórdão nº 1.385, de 2006): obras do prolongamento do canal extravasor do Rio Itajaí-Mirim e passagem de desnível, no Estado de Santa Catarina.

4) Aviso nº 1.339, de 2006 (Acórdão nº 1.384, de 2006): construção do Complexo Prisional de Goiânia, Goiás.

5) Aviso nº 1.341, de 2006 (Acórdão nº 1.383, de 2006): adequação ambiental da Usina Termelétrica Presidente Médici, Fases A e B, localizada em Candiota, Rio Grande do Sul.

6) Aviso nº 1.342, de 2006 (Acórdão nº 1.396, de 2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-262, Minas Gerais, trecho entre o entroncamento com a BR-494, Minas Gerais, 423 e o entroncamento com a MG-164 (Bom Despacho – km 443,0 ao km 444,5).

7) Aviso nº 1.343, de 2006 (Acórdão nº 1.397, de 2006): obras rodoviárias da BR-135, Minas Gerais, na ponte sobre o Córrego Leitão (km 659).



8) Aviso nº 1.360, de 2006 (Acórdão nº 1.391, de 2006): obras de infra-estrutura e de desenvolvimento urbano na Região Metropolitana de Fortaleza, Ceará.

9) Aviso nº 1.363, de 2006 (Acórdão nº 1.374, de 2006): embargos de declaração opostos pela PETROBRAS S/A contra o Acórdão nº 854, de 2006 - Plenário.

10) Aviso nº 1.364, de 2006 (Acórdão nº 1.366, de 2006): embargos de declaração opostos pela Petróleo Brasileiro S.A (PETROBRAS) contra o Acórdão nº 1.842, de 2005 - TCU Plenário.

11) Aviso nº 1.365, de 2006 (Acórdão nº 1.393, de 2006): eliminação de pontos críticos no Estado do Rio de Janeiro.

12 - Aviso nº 1.366, de 2006 (Acórdão nº 1.370, de 2006): pedido de reexame interposto pela PETROBRAS em relação ao Acórdão nº 1.257, de 2005 - TCU Plenário.

Avisos SGS de 16 de agosto

1 - Aviso nº 1.405, de 2006 (Acórdão nº 1.427, de 2006): embargos de declaração interpostos pelos Srs. Dalton Melo Macambira, Francisco Lopes da Cruz, Esnard Sampaio de Abreu e Pedro Marwell Filho, em face ao Acórdão nº 772, de 2006 - TCU Plenário.

2 - Aviso nº 1.408, de 2006 (Acórdão nº 1.442, de 2006): implantação da infra-estrutura necessária à realização dos Jogos Pan-Americanos na cidade do Rio de Janeiro, em 2007.

3 - Aviso nº 1.414, de 2006 (Acórdão nº 1.454, de 2006): obras de revitalização do Setor Comercial Portuário de Santana, Amapá.

4 - Aviso nº 1.416, de 2006 (Acórdão nº 1.444, de 2006): implantação do trecho sul Vila das Flores—João Felipe, do sistema de trens urbanos de Fortaleza, Ceará.

5 - Aviso nº 1.419, de 2006 (Acórdão nº 1.447, de 2006): obras rodoviárias na BR-163, Paraná, trecho entre Toledo e Cascavel.

6 - Aviso nº 1.424, de 2006 (Acórdão nº 1.451, de 2006): obras de adequação de trechos rodoviários na rodovia BR-101, Sergipe, segmento compreendido entre as divisas dos Estados Alagoas—Sergipe e Sergipe—Bahia.



7 - Aviso nº 1.437, de 2006 (Acórdão nº 1.452, de 2006): implantação de unidade de enriquecimento de urânio no Município de Resende, Rio de Janeiro.

8 - Aviso nº 1.438, de 2006 (Acórdão nº 1.453, de 2006): obras de construção do Metrô de Salvador, Bahia.

9 - Aviso nº 1.439, de 2006 (Acórdão nº 1.450, de 2006): obras de construção de Ponte sobre o Rio São Francisco, BR-030, Município de Carinhanha, Bahia.

Avisos SGS de 23 de agosto:

1 - Aviso nº 1.440, de 2006 (Acórdão nº 1.495, de 2006): reforço do Sistema de Transmissão nas Áreas dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo.

2 - Aviso nº 1.442, de 2006 (Acórdão nº 1.493, de 2006): ampliação da capacidade de geração da usina de Tucuruí, Pará.

3 - Aviso nº 1.443, de 2006 (Acórdão nº 1.513, de 2006): obras de construção de trecho rodoviário na BR-393, Espírito Santo, entre os Municípios de Bom Jesus e Cachoeiro de Itapemirim.

4 - Aviso nº 1.447, de 2006 (Acórdão nº 1.494, de 2006): construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde no Estado do Rio de Janeiro.

5 - Aviso nº 1.455, de 2006 (Acórdão nº 1.498, de 2006): obras de construção da Barragem do Rangel, em Redenção do Gurguéia, no Estado do Piauí.

6 - Aviso nº 1.460, de 2006 (Acórdão nº 1.508, de 2006): construção da Barragem Berizal, no Estado de Minas Gerais.

7 - Aviso nº 1.463, de 2006 (Acórdão nº 1.497, de 2006): obras de expansão do Sistema de Trens Urbanos de Teresina, Piauí.

8 - Aviso nº 1.464, de 2006 (Acórdão nº 1.509, de 2006): obras rodoviárias emergenciais situadas na BR-174, trecho compreendido entre o entroncamento com a rodovia AM-010 e o Rio Urubu.

9 - Aviso nº 1.465, de 2006 (Acórdão nº 1.510, de 2006): obras rodoviárias emergenciais situadas na BR-174, trecho compreendido entre o Rio Urubu e o Rio Santo Antônio da Abonari.

10 - Aviso nº 1.473, de 2006 (Acórdão nº 1.518, de 2006): obras das sedes dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no Distrito Federal.

11 - Aviso nº 1.474, de 2006 (Acórdão nº 1.505, de 2006): Modernização do Parque Industrial da Casa da Moeda do Brasil — CMB.



12 - Aviso nº 1.475, de 2006 (Acórdão nº 1.500, de 2006): Modernização e Adequação dos Sistemas de Produção da Refinaria Alberto Pasqualini — REFAP, no Estado do Rio Grande do Sul.

13 - Aviso nº 1.476, de 2006 (Acórdão nº 1.503, de 2006): implantação do Sistema Adutor Gavião-Pecém, com 55 quilômetros, no Estado do Ceará.

14 - Aviso nº 1.477, de 2006 (Acórdão nº 1.502, de 2006): modernização e Adequação do Sistema de Produção da UTE TERMORIO, no Estado do Rio de Janeiro.

15 - Aviso nº 1.478, de 2006 (Acórdão nº 1.504, de 2006): obras de modernização e adequação do sistema de produção da Refinaria Gabriel Passos — REGAP, no Município de Betim, Minas Gerais.

16 - Aviso nº 1.479, de 2006 (Acórdão nº 1.501, de 2006): obras de modernização e adequação do sistema de produção da Refinaria Presidente Getúlio Vargas — REPAR, Paraná.

17 - Aviso nº 1.485, de 2006, (Acórdão nº 1.512, de 2006): obras rodoviárias da BR-101, trecho relativo à divisa Rio Grande do Norte—Paraíba.

18 - Aviso nº 1.487, de 2006, (Acórdão nº 1.517, de 2006): obras de Recuperação dos Molhes do Porto de Laguna, no Estado de Santa Catarina.

Avisos de 30 de agosto, encaminhados pelo Vice-Presidente no Exercício da Presidência, Ministro Walton Alencar:

1 - Aviso nº 1.496, de 2006 (Acórdão nº 1.585, de 2006): obras de expansão do Sistema de Transmissão no Estado do Pará associado à UHE Tucuruí.

2 - Aviso nº 1.507, de 2006 (Acórdão nº 1.579, de 2006): obras e serviços referentes ao desenvolvimento da produção de óleo e gás natural no campo petrolífero de Marlim Sul, Rio de Janeiro.

3 - Aviso nº 1.508, de 2006 (Acórdão nº 1.580, de 2006): obras e serviços referentes à manutenção da infra-estrutura operacional de termelétricas.

4 - Aviso nº 1.509, de 2006 (Acórdão nº 1.581, de 2006): ampliação da malha de gasodutos na Região Sudeste.

5 - Aviso nº 1.514, de 2006 (Acórdão nº 1.584, de 2006): obras de recuperação dos berços 102 e 103 no Porto de São Francisco do Sul, Santa Catarina.



6 - Aviso nº 1.522, de 2006 (Acórdão nº 1.578, de 2006): obras de modernização e adequação do sistema de produção da Refinaria Gabriel Passos — REGAP, no Município de Betim, Minas Gerais, referente à Petróleo Brasileiro S/A — PETROBRAS.

7 - Aviso nº 1.523, de 2006 (Acórdão nº 1.562, de 2006): obras de modernização da Usina Hidrelétrica Luiz Carlos Barreto de Carvalho, localizada na divisa dos Estados de Minas Gerais e São Paulo.

8 - Aviso nº 1.529, de 2006 (Acórdão nº 1.562, de 2006): obras de construção da Barragem Berizal, Minas Gerais.

Anexado ao AVN nº 18, de 2006-CN.

9 - Aviso nº 1.546, de 2006 (Acórdão nº 1.506, de 2006): obras de construção de trechos rodoviários da BR-401 (Corredor Fronteira Norte, em Roraima), que interligam a rodovia BR-174, em Boa Vista, Roraima, aos Municípios roraimenses de Bonfim e Normandia e à fronteira com a República Cooperativista da Guiana (Guiana Inglesa), e que contemplam a execução de obras de arte especiais sobre os Rios Itacutu e Arraia.

Anexado ao AVN nº 14, de 2006-CN.

10 - Aviso nº 1.555, de 2006 (Acórdão nº 1.586, de 2006): construção de trechos rodoviários na BR-470, trecho Barracão—Lagoa Vermelha—Nova Prata, no Estado do Rio Grande do Sul.

Anexado ao AVN nº 12, de 2006-CN.

11 - Aviso nº 1.556, de 2006 (Acórdão nº 1.588, de 2006): obras rodoviárias emergenciais situadas na BR-364, Mato Grosso, trecho compreendido entre o entroncamento com a MT-455 e o acesso ao Distrito Industrial (km 343 a Km 361).

Avisos de 5 de setembro:

1 - Aviso nº 1.578, de 2006 (Acórdão nº 1.617, de 2006): expansão de sistema de transmissão associado à UHE Tucuruí, no Estado do Maranhão (acréscimo de aproximadamente 120 quilômetros de linha de transmissão e de 695 MVA de transformação de potência em subestações).

Anexado ao Aviso nº 27, de 2006-CN.



2 - Aviso nº 1.579, de 2006 (Acórdão nº 1.619, de 2006): obras de conservação e restauração da BR-174, trecho Abonari—Rio Alalau (segmento Km 208,2, extensão de 47,3 quilômetros).

3 - Aviso nº 1.582, de 2006 (Acórdão nº 1.620, de 2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-050, Goiás, trecho entre o entrocamento com a BR-040, Cristalina, e a divisa Goiás/Minas Gerais.

4 - Aviso nº 1.583, de 2006 (Acórdão nº 1.625, de 2006): obras de construção da rodovia BR-235, trecho Pedro Afonso, divisa Tocantins—Maranhão.

Avisos de 13 de setembro:

1 - Aviso nº 1.604, de 2006 (Acórdão nº 1.670, de 2006): obras de construção de trechos rodoviários na BR-230, no Estado de Tocantins, trecho divisa Maranhão—Tocantins e Tocantins—Pará.

2 - Aviso nº 1.606, de 2006 (Acórdão nº 1.665, de 2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-060, Goiás, trecho entre a divisa Distrito Federal—Goiás.

3 - Aviso nº 1.607, de 2006 (Acórdão nº 1.666, de 2006): obras rodoviárias emergenciais situadas na BR-110, Bahia, trecho entre os Municípios de Jeremoabo e Itamira.

4 - Aviso nº 1.608, de 2006 (Acórdão nº 1.664, de 2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-070, Mato Grosso, na ponte sobre o Rio Paraguai, no entroncamento com a BR-174 e a MT-343 (Cáceres).

5 - Aviso nº 1.612, de 2006 (Acórdão nº 1.668/2006): adequação de trecho rodoviário — divisa Santa Catarina—Rio Grande do Sul (Osório), na BR-101, no Estado do Rio Grande do Sul.

6 - Aviso nº 1.617, de 2006 (Acórdão nº 1.648, de 2006): embargos de declaração opostos pela Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, contra o Acórdão nº 1.551, de 2005, TCU Plenário.

7 - Aviso nº 1.618, de 2006 (Acórdão nº 1.657, de 2006): obras de conservação preventiva, rotineira e emergencial de rodovias no Estado do Mato Grosso do Sul.

8 - Aviso nº 1.622, de 2006 (Acórdão nº 1.650, de 2006): execução das obras de adequação na BR-262, Espírito Santo.



9 - Aviso nº 1.623, de 2006 (Acórdão nº 1.678, de 2006): obras de melhoria do sistema viário margem direita do Porto de Santos—Avenida Perimetral.

- Aviso nº 1.624, de 2006 (Acórdão nº 1.656, de 2006): implantação e pavimentação do trecho Adrianópolis—Bocaiúva do Sul, BR-476, Paraná.

11 - Aviso nº 1.627, de 2006 (Acórdão nº 1.669, de 2006): adequação de trechos rodoviários na BR-230, no Estado da Paraíba, trecho João Pessoa—Campina Grande, Paraíba.

Avisos de 20 de setembro:

1 - Aviso nº 1.633, de 2006 (Acórdão nº 1.728, de 2006): construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste—Norte, BR-163, Pará, divisa Mato Grosso—Pará, Santarém, no Estado do Pará.

2 - Aviso nº 1.635, de 2006 (Acórdão nº 1.741, de 2006): obras da adutora da Serra da Batateira, Município de Sobradinho, Bahia.

3 - Aviso nº 1.638, de 2006 (Acórdão nº 1.721, de 2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-163, Paraná, trecho Cândido Rondon até o entroncamento com a BR-272.

4 - Aviso nº 1.639, de 2006 (Acórdão nº 1.736, de 2006): obras de recuperação da BR-262, Mato Grosso do Sul, trecho divisa São Paulo—Corumbá, Mato Grosso do Sul.

5 - Aviso nº 1.643, de 2006 (Acórdão nº 1.719, de 2006): embargos de declaração contra o Acórdão nº 908, de 2006, TCU, auditoria nas obras de modernização e adequação do Sistema de Produção da Refinaria de Paulínia, São Paulo.

6 - Aviso nº 1.644, de 2006 (Acórdão nº 1.732, de 2006): obras de dragagem no canal de acesso, na Bacia de Evolução e junto ao Cais do Porto de Itajaí, Santa Catarina.

7 - Aviso nº 1.646, de 2006 (Acórdão nº 1.739, de 2006): obras de recuperação da BR-262, Espírito Santo, trecho relativo à divisa Espírito Santo—Minas Gerais.

8 - Aviso nº 1.654, de 2006 (Acórdão nº 1.742, de 2006): Profissionalização do Preso, integrante do Programa de Reestruturação do Sistema Penitenciário.



9 - Aviso nº 1.656, de 2006 (Acórdão nº 1.730, de 2006): funcionamento de cursos de graduação no Estado do Rio Grande do Sul.

10 - Aviso nº 1.667, de 2006 (Acórdão nº 1.731, de 2006): relatório consolidado dos levantamentos de auditorias realizadas em obras públicas no exercício de 2006.

11 - Aviso nº 1.673, de 2006 (Acórdão nº 1.737, de 2006): construção de trechos rodoviários na BR-429, no Estado de Rondônia, trecho Presidente Médici—Costa Marques, Rondônia.

12 - Aviso nº 1.674, de 2006 (Acórdão nº 1.738, de 2006): adequação de trechos rodoviários na BR-101, Santa Catarina, trecho Palhoça, divisa Santa Catarina—Rio Grande do Sul.

Avisos de 27 de setembro:

1 - Aviso nº 1.694, de 2006 (Acórdão nº 1.765, de 2006): modernização e adequação do Sistema de Produção da Refinaria do Vale do Paraíba – REVAP, São Paulo.

- Aviso nº 1.695/2006 (Acórdão nº 1.772/2006): obras de construção da variante da BR-116 — Barragem do Castanhão/CE.

- Aviso nº 1.696/2006 (Acórdão nº 1.773/2006): segunda etapa da implantação do Perímetro de Irrigação do Tabuleiro de Russas/CE.

- Aviso nº 1.702/2006 (Acórdão nº 1.769/2006): construção da Adutora de São Francisco com 42,5 quilômetros, no Estado de Sergipe.

- Aviso nº 1.707/2006 (Acórdão nº 1.785/2006): acompanhamento acerca do atingimento da meta de resultado primário para o Governo Federal.

- Aviso nº 1.708/2006 (Acórdão nº 1.786/2006): acompanhamento da Execução das Despesas dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, concernentes ao primeiro quadrimestre do exercício de 2006.

- Aviso nº 1.709/2006 (Acórdão nº 1.788/2006): representação versando sobre descumprimento, na execução orçamentária e financeira da União, período de janeiro a maio/2006, da meta de resultado nominal estabelecida para o exercício no anexo de metas fiscais da Lei nº 11.178/2005.





- Aviso nº 1.712/2006 (Acórdão nº 1.780/2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-324/BA, trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-116/BA-502/503 (Feira de Santana) e Salvador.
- Aviso nº 1.713/2006 (Acórdão nº 1.777/2006): obras de contenção e controle de enchentes no Município de Carapicuíba/SP.
- Aviso nº 1.714/2006 (Acórdão nº 1.781/2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-472/RS, trecho entre o entroncamento com a BR-210 e Santo Cristo.
- Aviso nº 1.715/2006 (Acórdão nº 1.778/2006): obras de implantação do Perímetro de Irrigação Baixo Acaraú, segunda etapa, no Estado do Ceará.
- Aviso nº 1.716/2006 (Acórdão nº 1.776/2006): obras de substituição de grupo de geradores de vapor da Usina de Angra I, no Estado do Rio de Janeiro.
- Aviso nº 1.720/2006 (Acórdão nº 1.784/2006): obras de construção do trecho rodoviário da BR-010, localizado entre a divisa TO/MA e a cidade de Aparecida do Rio Negro, no Estado do Tocantins.
- Aviso nº 1.729/2006 (Acórdão nº 1.833/2006): implantação do Ciclo Combinado na Usina Termelétrica Santa Cruz, Fase 1, no Estado do Rio de Janeiro.
- Aviso nº 1.740/2006 (Acórdão nº 1.824/2006): obras do Contorno Ferroviário de Jaraguá do Sul/SC e Guaramirim/SC.
- Aviso nº 1.747/2006 (Acórdão nº 1.839/2006): obras de recuperação do trecho Contorno de Vitória, na BR-101/ES.
- Aviso nº 1.748/2006 (Acórdão nº 1.833/2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-262/ES, trecho entre o km 15,5 e o km 195,9.
- Aviso nº 1.749/2006 (Acórdão nº 1.841/2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-354/MG, entroncamento BR-352 (Arapuá), entroncamento BR-262.
- Aviso nº 1.750/2006 (Acórdão nº 1.842/2006): obras rodoviárias emergenciais situadas na BR-330/BA, trecho Jequié—Ubaitaba.
- Aviso nº 1.751/2006 (Acórdão nº 1.843/2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-367/BA, trecho entre o entroncamento com BA-001 (Santa Cruz de Cabrália) até o entroncamento com a BR-101 (Eunápolis).



- Aviso nº 1.752/2006 (Acórdão nº 1.838/2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-040/GO, trecho entre a divisa DF/GO e a divisa GO/MG.
  - Aviso nº 1.753/2006 (Acórdão nº 1.835/2006): obras de implantação do Complexo Turístico Beira-Rio, no Município de Porto Velho/RO.
  - Aviso nº 1.757/2006 (Acórdão nº 1.827/2006): obra de construção do Aeroporto Regional Sul de Santa Catarina, localizado em Jaguaruna/SC.
  - Aviso nº 1.763/2006 (Acórdão nº 1.844/2006): obras de construção da BR-282, trecho Lages—São José do Cerrito/SC.
  - Aviso nº 1.764/2006 (Acórdão nº 1.845/2006): obras da Penitenciária de Segurança Máxima de Naviraí/MS.
  - Aviso nº 1.768/2006 (Acórdão nº 1.846/2006): obras de construção do Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada — CEITEC, no Município de Porto Alegre/RS.
- III) Avisos/SGS do Tribunal de Contas da União encaminhados à Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal para autuação e posterior encaminhamento à Comissão na forma de aviso ao Congresso Nacional:
- Aviso nº 1.013/2006 (Acórdão nº 976/2006): obras de construção de trechos rodoviários no corredor MERCOSUL/BR-282/SC, Florianópolis, divisa com a Argentina.
  - Aviso nº 1.241/2006 (Acórdão nº 1.258/2006): obras de implantação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água do Município de Santana/BA.
  - Aviso nº 1.245/2006 (Acórdão nº 1.234/2006): expansão do sistema de transmissão associado à UHE Tucuruí, no Estado do Maranhão.
  - Aviso nº 1.268/2006 (Acórdão nº 1.259/2006): infra-estrutura geral do Centro de Lançamento de Alcântara, no Estado do Maranhão.
  - Aviso nº 1.277/2006 (Acórdão nº 1.322/2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-163/PR, trecho Cândido Rondon até o entroncamento com a BR-272.
  - Aviso nº 1.316/2006 (Acórdão nº 1.317/2006): obra de implantação do Sistema de Tens Urbanos de Recife, Trecho Cajueiro Seco—Tip—Timbi.
  - Aviso nº 1.335/2006 (Acórdão nº 1.399/2006): obras de conservação preventiva e rotineira de rodovias no Estado de Roraima.



- Aviso nº 1.381/2006 (Acórdão nº 1.398/2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-272/PR, trecho entre a Ponte do Rio Piquiri e a Avenida Thomas Luiz Zeballos.

- Aviso nº 1.384/2006 (Acórdão nº 1.394/2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-272/PR, trecho entre Francisco Alves e a ponte sobre o Rio Piquiri.

Aviso nº 1.388/2006 (Acórdão nº 1.395/2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-476/PR, trecho compreendido entre São Mateus do Sul e a Ponte Manoel Ribas.

Aviso nº 1.391/2006 (Acórdão nº 1.392/2006): obras de construção de trechos rodoviários no Corredor Oeste-Norte, BR-364/RO, Anel Viário de Ji-Paraná.

Aviso nº 1.423/2006 (Acórdão nº 1.448/2006): obras rodoviárias emergenciais da BR-476/PR, no trecho compreendido entre Lapa e São Mateus do Sul.

Aviso nº 1.430/2006 (Acórdão nº 1.449/2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-466/PR, no trecho entre o entroncamento com a BR-76 (Ponte Manoel Ribas) e o entroncamento com a BR-476 (divisa Paraná/Santa Catarina).

Aviso nº 1.456/2006 (Acórdão nº 1.506/2006): obras de implantação da segunda etapa do Perímetro de Irrigação Tabuleiros Litorâneos, no Piauí.

Aviso nº 1.458/2006 (Acórdão nº 1.506/2006): construção da Barragem Congonhas, no Estado de Minas Gerais.

Aviso nº 1.462/2006 (Acórdão nº 1.506/2006): manutenção, conservação e recuperação da BR-210, trecho divisa Pará/Roraima — divisa Roraima/Amazonas.

Aviso nº 1.539/2006 (Acórdão nº 1.589/2006): obras rodoviárias emergenciais da BR-116/MG, trecho entre o trevo de acesso a São João do Manhuaçu e o entroncamento com a BR-265/356 (Muriaé).

Aviso nº 1.550/2006 (Acórdão nº 1.587/2006): obras rodoviárias emergenciais na BR-153/SP, trecho compreendido entre o acesso a Lins e o entroncamento com a BR-369 (divisa SP/PR).

Aviso nº 1.563/2006 (Acórdão nº 1.573/2006): Relatórios de Gestão Fiscal relativos ao terceiro quadrimestre de 2005 dos titulares dos Poderes e órgãos federais.



Aviso nº 1.577/2006 (Acórdão nº 1.622/2006): obras de construção de rodovias federais no Estado do Paraná.

Aviso nº 1.746/2006 (Acórdão nº 1.836/2006): obras de construção de trechos rodoviários da BR-319, no Estado do Amazonas, subtrecho Manaus, divisa Amazonas/Rondônia.

Aviso nº 1.771/2006 (Acórdão nº 1.834/2006): Sistema de Transmissão de Itaipu/PR — São Paulo/SP (reforços nas torres da LT 750 KV Foz — Ivaiporã — Itaberá I e II e na LT Itaberá — Tijuco Preto I e II).

É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado, Deputado Carlito Merss.

Ordem do Dia.

Pauta 17.

O item 1 — Projeto de Lei nº 4, de 2005 — foi retirado pelo Poder Executivo, no dia 5 de outubro de 2006.

Conforme entendimento na reunião de Líderes, faremos a votação de 2 avisos, de 1 requerimento e a inclusão do Projeto de Lei nº 11 na pauta proposta pelo Deputado Sérgio Miranda.

Item 2.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** - Sr. Presidente, não vamos votar o requerimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Terminando o processo, nós o faremos.

Aviso nº 13/2006, que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 608, de 2006, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de reestruturação de rodovias federais no Estado de Rondônia.

O Deputado Claudio Cajado renomeia o Deputado Machado para fazer a leitura do parecer.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO** - Sr. Presidente, o parecer refere-se ao aviso do Tribunal de Contas da União, no que diz respeito à auditoria realizada nas obras de reestruturação de rodovias federais no Estado de Rondônia.



Vou ler apenas o voto:

*“Diante do exposto, voto no sentido de que esta Comissão tome conhecimento do Aviso nº 13, de 2006/CN, e das peças que o acompanham; solicite ao Tribunal de Contas da União esclarecimentos sobre a necessidade de inclusão de algum contrato no Anexo VI da Lei nº 11.306/2006, executado com recursos consignados no Subtítulo nº 26.782.0220.2834.0011(restauração de rodovias federais no Estado de Rondônia), levando em conta a existência de restos a pagar inscritos, tendo em vista o disposto nos Acórdãos nºs 608 e 609, de 2006, considerando que: 1) no relatório e voto que fundamentam o Acórdão nº 609/2006 consta que os Contratos PG 133/1999-00 e UT-22/0002/2002-00 não estão em vigor; 2) os autos, nos quais está inserido o Acórdão nº 608/2006, foram convertidos em tomadas de contas especial mediante, medida pertinente para reparar o dano sofrido pelo Erário.”*

Assina, como Relator, o Deputado Cláudio Cajado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Obrigado, Deputado José Carlos Machado.

O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS MACHADO** - Sr. Presidente, tenho uma dúvida. O Relator não tem de concluir o projeto de decreto legislativo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Não. Ele ainda não fechou o seu relatório e está pedindo mais informações. Quando o Tribunal lhe devolver as informações, ele vai concluí-lo num outro projeto.

O relatório está em votação na representação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



Em votação na representação do Senado Federal. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Pauta nº 22.

Item 1 - Aviso nº 19/2006-CN, que “*encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 976, de 2006, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam, relativos à auditoria realizada no extinto Departamento de Estradas e Rodagem de Santa Catarina — DNER/SC, em face da ocorrência de irregularidades na execução das obras de construção de trechos rodoviários no Corredor MERCOSUL/BR282, Santa Catarina, Florianópolis, dívida com a Argentina*”.

Em substituição ao Relator, Senador Sibá Machado, concedo a palavra ao Deputado Jorge Bittar para leitura do relatório.

**O SR. DEPUTADO JORGE BITTAR** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, passo a ler a conclusão do relatório, que diz:

*“ (...) Diante disso, atemo-nos ao conteúdo literal da manifestação do TCU, entendendo estarem satisfeitas as condições necessárias à retomada das obras que se relacionem aos Contratos nºs PJ-090/2001, PJ-091/2001 e PJ-078/2000, nada mais. Se esses contratos esgotam todo o conjunto de ações e obras que compõem o Subtítulo 26.782.0233.7192.0042, então o subtítulo poderá ser executado plenamente. Em caso contrário, a execução será aquela que a legislação em vigor permitir.*

*É o relatório.*

*Voto.*

*Diante do exposto, votamos pela retomada das obras ao abrigo do Subtítulo 26.782.0233.7192.0042, relacionadas aos Contratos nºs PJ-090/2001, PJ-091/2001 e PJ-078/2000, nos termos do projeto de decreto legislativo anexo. Outrossim, tomamos a liberdade de sugerir que esta Comissão colha manifestação do TCU com o fito de esclarecer se ainda*



*há óbices que impliquem suspender a execução física, orçamentária ou financeira de contrato, convênio, etapa, parcela ou subtrecho associado ao citado subtítulo.*

*É o voto.”*

Passo a ler agora o projeto de decreto legislativo:

*“Altera o Anexo VI da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, na parte referente ao Subtítulo 26.782.0233.7192.0042 — Construção de trecho rodoviário — São José do Cerrito—Campos Novos, na BR-282, no Estado de Santa Catarina.*

*O Congresso Nacional decreta:*

*Art. 1º Fica alterado o Anexo VI da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006, na parte referente ao Subtítulo 26.782.0233.7192.0042, para dele fazer constar a deliberação de que sejam retomadas as obras ao abrigo dos Contratos nºs PJ-090/2001, PJ-091/2001 e PJ-078/2000, sendo-lhes autorizada a execução orçamentária, física e financeira.*

*Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.”*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado.

Em discussão a matéria.

Com a palavra o Deputado Zonta.

**O SR. DEPUTADO ZONTA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Senadora Ideli Salvatti, gostaríamos de nos regozijar com a Comissão por levar em consideração este momento importante para Santa Catarina e homologar o Aviso nº 19, que, até que enfim, autoriza a retomada das obras da BR-282, verdadeira rodovia de integração catarinense, que liga Florianópolis à divisa com a Argentina.

Naturalmente, queremos agradecer ao Presidente Gilmar Machado pela aquiescência de inversão de pauta, e ao Tribunal de Contas da União, que fez esse belíssimo trabalho junto com o Governo Federal, o Ministério dos Transportes e,



naturalmente, o DNITT, que acatou e recepcionou as obras do DER, permitindo, com isso, que se inicie a finalização do sonho de integração catarinense.

De outro lado, gostaríamos de fazer uma solicitação de esclarecimento. Consta no projeto de decreto legislativo: construção do texto rodoviário de São José do Cerrito, Campos Novos, na BR-282. No nosso entendimento, os 3 processos também englobam o trecho São Miguel do Oeste, Paraíso, divisa com a Argentina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Ivan Ranzolin.

**O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN** - Preliminarmente vou esclarecer a dúvida do Deputado Zonta. São 3 contratos: o PJ-078, de 2000, trecho de São José do Cerrito—Tavares, que foi interrompido e que foi motivo da análise do Tribunal de Contas; o PJ-090, de 2001, trecho da Vargem ao Inferninho, em Campos Novos, localidade que liga à BR-470; e o PJ-091, de 2001, execução do trecho já na divisa da Argentina.

No meu modo de entender, estão contemplados por meio dos 3 contratos. Contudo, se ainda resta alguma dúvida acerca da proposta do Deputado Zonta, é oportuno que V.Exa. esclareça, Sr. Presidente, se tiver mais conhecimento.

Quero cumprimentar a Senadora Ideli Salvatti, o Deputado Jorge Bittar, Relator, o nosso Presidente, Deputado Zonta. Realmente estamos vencendo uma etapa crucial da BR-282. Contamos com o Tribunal de Contas, o Ministério dos Transportes, mas o foro catarinense aprovou 48 milhões que estão no orçamento para serem aplicados imediatamente. Ressalto o esforço dos nossos Senadores, da Senadora, de todos os Srs. Parlamentares que trabalharam unidos para fazer com que a única estrada de integração dos catarinenses possa ser concluída.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra a Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI** - Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer a todos os que se empenharam para que nós pudéssemos, no dia de hoje, aprovar este decreto legislativo.

É bom lembrar que se trata de obra importante para Santa Catarina, como já foi dito antes, porque essa ligação, inclusive, estabelece a possibilidade de um





corredor transoceânico. Ela vai permitir que, com a conclusão da BR-282, nos integremos à malha rodoviária, podendo chegar ao Pacífico por meio das estradas da Argentina e do Chile. Portanto, é uma estrada estratégica não só para Santa Catarina, mas para o Brasil.

Essa obra teve a sua licitação em 2000 e 2001, com problemas detectados de superfaturamento pelo Tribunal de Contas da União. Teve de haver uma readequação nos preços cobrados pelas empresas que ganharam as licitações. Houve uma redução no preço total dos 3 trechos, da ordem de 43 milhões. Essa readequação foi longamente negociada com as empreiteiras. Depois de acordado entre o DNITT e as empreiteiras, o Tribunal de Contas da União convalidou o acordo e permitiu a liberação da obra, para que ela pudesse ser retomada. Também foi dito que, no ano passado, perdemos a aplicação de 18 milhões nessa obra, porque ainda não tínhamos superado o óbice do Tribunal de Contas da União. E no Orçamento deste ano a bancada alocou 48 milhões. Portanto, tão logo seja aprovado o decreto e publicado no *Diário Oficial*, teremos a oportunidade de retomar a obra.

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer à Senadora Serys Slhessarenko, que foi a primeira Relatora; depois, com a saída dela, o Senador Sibá Machado foi quem preparou o relatório lido pelo Deputado Jorge Bittar, de forma *ad hoc*, tendo em vista que hoje S.Exa. precisou permanecer no Acre.

Ao longo de todo o dia, pedi apoio a muitos Senadores. Sabemos da dificuldade de haver *quorum* na Comissão Mista de Orçamento, pelo Senado. Já cansei de dizer que esta reunião deveria ser realizada no Senado, pois, por causa da média de idade dos Senadores, o deslocamento até aqui é realmente um pouco mais difícil.

Gostaria de agradecer, porque muitos Senadores vieram, a nosso pedido, e contribuíram com as assinaturas. Além dos Senadores do PT, vieram também os do PMDB e do PFL. Fiz essa solicitação aos Senadores Romeu Tuma, Wellington Salgado de Oliveira, Jonas Ribeiro e vários outros. Foi uma solicitação suprapartidária, de interesse do Brasil, pois, volto a dizer, se trata de uma estrada com característica transoceânica. E há também, obviamente, o interesse do Estado de Santa Catarina.



**O SR. DEPUTADO ZONTA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO ZONTA** - Apenas gostaria de dizer que, lendo o relatório, fica suprimida a dúvida, porque o PJ-091 engloba o trecho de São Miguel, divisa com a Argentina.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - A obra será feita de forma completa.

Senador Leonel Pavan, V.Exa., tem V.Exa. a palavra.

**O SR. SENADOR LEONEL PAVAN** - Sr. Presidente, quero cumprimentar todos os que estão contribuindo com essa aprovação, porque certamente Santa Catarina será beneficiada. Nunca deixamos de estar presentes e de participar dos trabalhos, sempre que esta Comissão coloca os projetos em votação. Hoje, estamos aqui mais uma vez para trazer o nosso apoio. Agora, esperamos que o Governo Federal realmente libere o dinheiro, independentemente do resultado das eleições, para que Santa Catarina não seja prejudicada mais uma vez.

Quando houve superfaturamento, essa obra não era de domínio federal e sim do Estado de Santa Catarina. Essa é uma questão que deve ser muito discutida futuramente, porque a licitação foi feita em Santa Catarina. Parece-me que a obra estava sob o comando do Estado, em 2002, e não sob o comando do Governo Federal.

É importante que se diga que Santa Catarina vai ser beneficiada, vai receber os recursos. Portanto, temos de comemorar, pois se trata de obra importante não apenas para Santa Catarina, mas para o Brasil.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Com a palavra o Deputado Carlito Merss.

**O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS** - Sr. Presidente, talvez os telespectadores e os jornalistas desta Casa não tenham idéia da importância dessa obra. A Senadora Ideli Salvatti destacou sua relevância com propriedade.

Na condição de catarinense, pelo menos durante os últimos 15 anos tenho observado uma verdadeira novela em relação a essa estrada de tamanha



importância. Como disse a Senadora Ideli Salvatti, essa estrada vai permitir a integração latino-americana e a integração transoceânica. Esta é a grande luta do Brasil num próximo período: integrarmos definitivamente a América Latina. Assim, haverá a possibilidade de haver a importação e a exportação não via Atlântico, cujo custo de transporte é alto, mas principalmente pelo Pacífico.

Existem no Estado fóruns parlamentares de mais de 20 anos. É preciso lembrar que Deputados se elegem e se reelegem com fóruns em favor da pavimentação da BR-282. Digo isso para que todos tenham idéia de que estamos falando de Santa Catarina, Estado considerado erroneamente como o integrante do “Sul Maravilha”, como se lá não houvesse problemas. Isso é grave. Inclusive, há preconceito em relação a Santa Catarina, porque se criou uma imagem errônea, pelos representantes do Estado, de que no Sul do País não existe problema — no Paraná não existe problema, no Rio Grande no Sul não existe problema. E temos casos gravíssimos, como esse.

No ano passado e no início deste ano, na condição de Relator do Orçamento, tivemos muita coragem, porque aprovamos a alocação no Orçamento desses 48 milhões que foram citados, mesmo sabendo que havia essas questões apontadas pelo Tribunal de Contas da União, envolvendo basicamente superfaturamento. Houve, inclusive, insinuações de setores da imprensa: como o Relator, com a anuência do Fórum Parlamentar Catarinense, que envolve os 16 Deputados e os 3 Senadores, colocou uma rubrica no Orçamento, sabendo, de antemão, que havia irregularidades nessa obra?

É claro que fizemos os contatos necessários com o Tribunal de Contas. Sabíamos que o grosso das irregularidades estava sendo resolvido. Esperamos que agora, definitivamente, não haja mais óbice, que não se invente mais nada e que essa obra seja concluída, no trecho entre São José do Cerrito e o entroncamento com a BR-470. São cerca de 60 quilômetros. Este ano, tive o desprazer de trafegar por essa estrada e pude ver o sufoco que há na região, que foi, inclusive, prejudicada no seu desenvolvimento, porque algumas de suas cidades não têm, até hoje, acesso rodoviário pavimentado.

**A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI - Permite-me V.Exa. um aparte?**



Eu não tenho dúvida do empenho da bancada ao ter incluído os 48 milhões para a execução da obra, porque, com exceção da BR-282, que tinha esse óbice do TCU, o Governo Lula restaurou, e vem restaurando, todas as rodovias federais em Santa Catarina: a BR-280, a BR-470, a BR-116, a BR-153. Portanto, como não haverá descontinuidade de governo, também não haverá descontinuidade de obra.

**O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS** - Lembro o debate nesta Comissão, por quase 2 anos, e a angústia em decidir se colocaríamos ou não dinheiro para o término do famoso Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. A Comissão, de forma superpartidária, conseguiu entender que, naquele momento, tínhamos de nos despir de interesses partidários, porque era muito mais barato para a União concluir aquela obra, pois só a economia com aluguel envolveu valores astronômicos. E conseguimos “limpar” a discussão ideológica da Comissão. Acredito que, neste caso, para o nosso Estado, ela tenha essa importância. E, como foi dito, não só para o Sul do País, mas para o Brasil, pois será a grande obra de integração interoceânica, que passará por Santa Catarina.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Encerrada a discussão. O relatório está em votação na Câmara dos Deputados. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado Federal. Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Solicito ao Deputado Jorge Bittar que assuma a Presidência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - Pauta nº 22.

Apresentação, discussão e votação do seguinte requerimento:

*“Requerimento nº 21, de 2006, que, nos termos do art. 12 da Resolução nº 1, de 2001, do Congresso Nacional, alterada pelas Resoluções nºs 1, 2 e 3, de 2003, do Congresso Nacional, e Ofício-CN nº 824, de 2004, requer, ouvido o Plenário da Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, a*



*realização, por este órgão técnico, de seminários regionais para discussão da proposta orçamentária para 2007, encaminhada ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo. Esclareço que os seminários serão realizados no mês de novembro do corrente ano, nas cidades de Manaus (Região Norte), Recife (Região Nordeste), Brasília (Região Centro-Oeste), Belo Horizonte (Região Sudeste) e Florianópolis (Região Sul).*

*Autor: Deputado Gilmar Machado”.*

O autor está com a palavra para a apresentação do requerimento.

**O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO** - Houve um entendimento no sentido de realizarmos esses seminários para que a população brasileira possa se envolver, como já o fizemos na discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Mas só foi possível realizar o seminário em Brasília. Agora, realizaremos os seminários em todas as regiões do Brasil, para que possa haver maior participação, como estamos fazendo também na fiscalização. O objetivo é tornar algo permanente, como já consta da Resolução nº 2. A partir de agora, todos os anos o Orçamento também será debatido com o conjunto da população. Mas, enquanto não há a resolução, nós precisamos aprovar esse requerimento para que possamos ter, então, esse debate. Que realmente fique mais próxima da população a apresentação de sugestões e que ela entenda um pouco melhor a elaboração do Orçamento do País.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Jorge Bittar) - O requerimento está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

O requerimento está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Em votação na representação do Senado Federal.



Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.  
(Pausa.)

Aprovado por unanimidade também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Requerimento de inclusão de matéria na Ordem do Dia:

*“Requeiro, nos termos do art. 214, parágrafo único, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, a inclusão do relatório do Projeto de Lei nº 11, de 2006, na Ordem do Dia da sétima reunião extraordinária desta Comissão.*

*Assinado: Deputado Sérgio Miranda.”*

Com a palavra o Deputado Sérgio Miranda.

**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** - Sr. Presidente, existe uma urgência de aprovação desse PLN que não diz respeito a crédito, mas a alteração do Anexo V da lei orçamentária anual.

Vários projetos de mudanças de cargos e carreiras, envolvendo o Poder Judiciário, o Ministério Público, o Tribunal de Contas e mesmo o Conselho Nacional de Justiça, estão à espera para serem enviados para sanção presidencial, visto que essa modificação no Anexo V deve anteceder a sanção. É como se fosse a autorização para que pudessem ser votados os planos de cargos e salários que já tramitaram nesta Casa.

Então, peço encarecidamente aos colegas que dêem apoio a esse requerimento, a fim de que nós possamos, ainda hoje, votar esse PLN.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - Em votação o requerimento na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado.

Incluído o Projeto de Lei nº 11, de 2006, na Ordem do Dia, concedo a palavra ao Sr. Relator, Deputado Sérgio Miranda, para proceder à leitura do seu relatório.



**O SR. DEPUTADO SÉRGIO MIRANDA** - Projeto de Lei nº 11, de 2006, do Congresso Nacional, que altera os itens III.1, III.2, III.3 e III.4 do Anexo V da Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006.

Há um relatório sobre o conteúdo do projeto. Eu vou falar mais a respeito da conclusão e do voto.

Assim, tendo em vista os sucessivos projetos de reestruturação de cargos e carreiras apreciados no âmbito do Congresso Nacional, torna-se necessário adequar ao Anexo V do texto da lei orçamentária procedimento usual no tratamento do controle das autorizações dos gastos com o pessoal.

Voto.

Desse modo, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 11, de 2006, do Congresso Nacional, nos termos da proposta encaminhada pelo Poder Executivo.

São o relatório e o voto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Gilmar Machado) - O relatório está em discussão. *(Pausa.)*

A discussão está encerrada.

O relatório está em votação na representação da Câmara dos Deputados.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação na representação do Senado Federal.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovado.

Como foi esse o fruto do entendimento, nós não vamos colocar mais nenhuma matéria em votação.

Convido todos os Srs. Parlamentares, os Líderes das bancadas na Comissão para reunião de Líderes, no próximo dia 31, às 14h, na sala da Presidência, para que possamos organizar a votação do relatório preliminar e dos demais requerimentos, avisos, e assim sucessivamente.

Antes de encerrar esta reunião, convoco reunião ordinária para o dia 31 de outubro, terça-feira, às 14h30min, neste plenário.

Está encerrada a reunião.